

A progressão continuada e o sistema de ciclos: mais uma reforma escolar

Roberto Augusto Torres Leme

Presidente da Udemo – Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo

Por que quase todas as reformas escolares tendem a um fracasso, ao menos parcial? Por que a progressão continuada, inserida no regime de ciclos, em vez de levar em conta as possibilidades reais dos alunos, de individualizar os percursos, de respeitar o ritmo natural de cada um, acaba resvalando e desaguando na promoção automática? (Não se pode esquecer que o grande mérito da progressão continuada foi o de chamar a atenção para as altíssimas taxas de reprovação nas escolas da rede pública estadual).

São essas questões que cabe responder, no momento, o que tentaremos fazer com base na prática, no relato de colegas da rede e nos estudos de alguns teóricos da educação (Perrenoud e Zagury).

Como regra geral, o fracasso parcial de quase todas as reformas escolares deve-se ao fato de que as mudanças quase sempre são pensadas para uma infraestrutura e um grupo de professores que ainda não existem, pelo menos em larga escala, no momento decisivo. Daí afirmarem alguns teóricos que as reformas escolares são indicadores preciosos da defasagem entre a formação de professores e o que se julga que eles podem fazer, entre a infra-estrutura dada e a que se pretende existir.

As reformas escolares sucessivas confrontam-se em larga medida com os mesmos problemas: a desigualdade de oportunidades, o fracasso escolar, a dificuldade de encarar a heterogeneidade, de tornar a avaliação mais formadora, de dar sentido ao trabalho escolar, de construir a cidadania, de aprender a trabalhar melhor em conjunto, de colocar os educandos no centro da ação pedagógica, etc.

O que podemos observar, com a implantação dos ciclos e a adoção da progressão continuada é, principalmente, uma **vontade** de colocar os educandos no centro da ação pedagógica, de acabar com as barreiras das séries adjacentes, abolindo ou limitando a repetência, e de levar os professores a um trabalho de equipe.

No entanto, essa reforma não vai muito além da vontade, uma vez que não foi possível fazê-la funcionar, promovendo uma ruptura clara e definitiva com a segmentação do curso em anos letivos (com programas definidos). Da mesma forma, ao pretender-se individualizar o percurso de formação, visando conseguir que cada aluno progrida com total êxito, não foi possível encontrar uma via intermediária entre uma condescendência excessiva, que deixa o aluno entregue a si próprio e ao seu ritmo natural, à espera de um milagre, e a arregimentação numa marcha forçada, que não leva em conta as possibilidades reais dos aprendizes. Colocar as crianças no centro da ação pedagógica não significa apenas amá-las e se preocupar com seu futuro; não é uma questão de sentimento, mas de didática, de competências e de habilidades. Não foi possível, ainda, evitar que a progressão continuada se confundisse com a promoção automática. E aí, como envolver os alunos de forma significativa e responsável com seus estudos, se apregoam que não precisam mais estudar em um sistema sem reprovação?

Uma renovação de tal amplitude (o sistema de ciclos e a progressão continuada) exige uma infra-estrutura adequada e, principalmente, uma mudança radical do nível de formação e de identidade profissional dos professores; exige “uma nova profissionalidade docente ou um processo acelerado de profissionalização”.

Por outro lado, não se pode modificar as práticas pedagógicas, as representações, as culturas profissionais por decreto; é inútil decretar administrativamente que o corpo de professores forme uma equipe, pois a cooperação vincula-se mais a uma cultura profissional do que a estruturas formais. Não se muda a escola mediante novas leis. Ou a inovação é criada na própria escola ou então, vinda de fora, deve vir acompanhada de mecanismos que permitam ser ela apropriada pelos professores e reconstruída no seu contexto.

São bastante complexas as reformas que se dirigem para o cotidiano de alunos e professores nas classes e nas escolas, atingindo as práticas, a relação pedagógica, a cultura profissional, a colaboração entre professores. Com essas reformas, o que se pretende, em última instância, é a transformação das práticas profissionais, daí a importância da formação e do treinamento dos professores.

Toda mudança exige, além de uma adesão ideológica, novas competências e novas práticas.

Para toda reforma é necessária uma preparação específica, mas é necessário, também, associar a cada reforma uma formação inicial coerente, o que demanda muitos anos. Ao lado dessa formação inicial, e antecipando as reformas nos seus planos de formação, deve estar um projeto de formação continuada que desenvolva competências, combinando teorias e métodos com práticas e ações. Isso também demanda tempo. Não se cria uma infra-estrutura adequada e não se resolvem as defasagens dos professores no momento da reforma. Não se consegue sincronizar essas mudanças no curto espaço de tempo de uma reforma educacional. Não se transforma nada em uma instituição escolar de um dia para o outro.

Entendemos, ainda, que as reformas escolares de grande amplitude não podem ser feitas abruptamente e em larga escala. Nesse campo, é necessário começar devagar, porque, lembrando Clarice Lispector, a direção é mais importante do que a velocidade. Deve-se começar por algumas unidades previamente selecionadas; essas unidades vão elaborar e experimentar propostas novas num período de alguns anos, findos os quais poderá haver uma extensão progressiva ao conjunto dos outros estabelecimentos.

Nenhum modelo de mudança será unânime. Ele pode se defrontar com a oposição tanto daqueles que não querem mudar nada quanto dos que não compreenderam que não se muda a escola mediante novas leis, mas por uma evolução das representações e das práticas, conduzida com coerência e perseverança durante muitos anos.

Finalmente, qualquer que seja a reforma escolar pretendida não se pode esquecer de alguns princípios básicos para a sua consecução:

1. uma reforma escolar não pode ser concebida como marca de um certo governo ou partido político, mas como renovação demandada por uma nova realidade;
2. as autoridades educacionais não podem desconsiderar a infra-estrutura e as condições reais de trabalho, devendo promover as mudanças necessárias nas estruturas das escolas. Por infra-estrutura e condições de trabalho necessárias à implementação dos ciclos de aprendizagem, entendemos, no mínimo:
 - a) salas disponíveis para os programas de reforço e os estudos de recuperação paralela;
 - b) professores habilitados e capacitados para promover esses estudos;
 - c) jornada docente compatível com um trabalho mais individualizado;
 - d) turmas menores;
 - e) classes menos heterogêneas;
 - f) readequação da grade curricular;
 - g) materiais próprios e específicos para o trabalho com alunos com dificuldades;
 - h) espaços especializados de aprendizagem: biblioteca, laboratório, sala de informática e multimeios, etc.;
3. não se pode supervalorizar a relação professor/aluno. O rendimento do aluno não depende, simplesmente, do trabalho docente; o professor não pode ser apontado como o grande culpado das mazelas da educação;
4. não se pode supervalorizar a relação escola/aluno; os profissionais da educação não são “especialistas em relações humanas”; escola é sociedade; escola não é sinônimo de família;

5. abolir ou limitar a repetência deve ser o objetivo de toda reforma coerente; no entanto, aprovar quem não alcançou os objetivos mínimos da série é frustrante para o docente e acaba jogando o aluno na vala comum dos incompetentes e dos fracassados socialmente;
6. não se pode descaracterizar a relação professor/aluno; essa relação deverá ser, sempre, amistosa, democrática e participativa, mas não poderá, em hipótese alguma, ser confundida com igualdade. A relação pedagógica deve embasar-se em uma hierarquia, onde os papéis de educador e de educando devem estar bem definidos e ser respeitados;
7. é muito importante o envolvimento da comunidade escolar e da sociedade como um todo, nos projetos e processos de reforma escolar/educacional; afinal, a sociedade será a destinatária última de toda e qualquer reforma escolar;
8. profissionais motivados, respeitados, bem remunerados são pressupostos de qualquer reforma que se pretenda implementar.